



# Reforma do IRS: “É pior a emenda do que o soneto”

**Fiscalidade** A reforma do IRS é muito criticada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Domingos Azevedo recusa aliar a simplicidade à injustiça

João Peixinho

O conceito “flat tax” incluído na reforma do IRS, que nivela a fiscalidade, “é muito mau”, segundo disse ontem ao Diário de Aveiro o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingos Azevedo.

Num intervalo do XII Encontro Nacional dos TOC, que juntou cerca de 600 pessoas entre profissionais e famílias, numa confraternização que mistura “cultura, gastronomia e música” o bastonário posiciona-se contra a inevitabilidade da injustiça por causa de um sistema mais simples.

Domingos Azevedo diz que “não se deve tornar igual o que é diferente” e lembra que quem paga impostos são pessoas, que têm vidas complexas, não são máquinas”. De resto, diz que está perante uma reforma que deturpa o espírito que esteve na criação do IRS” e defende a humanização e personalização dos impostos. Entretanto, conclui: “o que vai haver é pior a emenda do que o soneto”.

## Pontos positivos

Contudo, admite que a reforma do IRS “tem coisas boas”, apontando para a possibilidade de taxar o agregado familiar, individualmente ou em conjunto, sendo que, para obter as melhores vantagens, será necessário analisar caso a caso. Quanto



RICARDO CARVALHAL

**O encontro dos TOC** juntou ontem 600 pessoas em Aveiro

à redução do IRC, entende que é um benefício mas apenas para os grandes grupos económicos.

## “Houve laxismo”

O bastonário diz que “houve laxismo e falta de assunção de responsabilidades por quem gere o sistema informático português, quando se verificou que o terminal das Finanças esteve inoperacional. A OTOC verificou que no processo da entrega das declarações de Informação Empresarial Simplificada (IES), entre 15 de Junho e 15 de Julho, não houve problemas com o portal das Finanças mas antes esteve inoperacional. Se não teve problemas com o IES e teve antes, quer dizer “que não

estavam preparado, não houve antevisão”.

Com o Portal inoperacional, a OTOC “denunciou o risco” e deu conhecimento do problema ao primeiro-ministro, à Assembleia da República, ao Ministro das Finanças e ao Provedor de Justiça, enquanto que o secretário de Estado da dos Assuntos Fiscais “não ligou nenhuma”, denunciando ainda o facto de, numa primeira fase, o Governo “negar” o problema. Além destas diligência, a ordem chegou a interpor uma providência cautelar. Perante o portal inoperacional, Domingos Azevedo entende que “quando não são disponibilizados os meios, não podem ser aplicadas multas”. ◀